

## ***PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO***

*José de Anchieta Correa*  
Faculdade de Ciências Médicas (Belo Horizonte) /  
Universidade Federal de Minas Gerais  
anchietabh@terra.com.br

**RESUMO** *O intuito do autor é traçar a história do Departamento de Filosofia por sua própria experiência pessoal. Os encontros com o professor Arthur Versiani Velloso e Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz foram decisivos para sua carreira no Departamento. Do mesmo modo, o doutorado em filosofia na Universidade de Louvain, na Bélgica, orientado pelo Prof. Alphonse De Waelhens, representou uma etapa fundamental do seu percurso filosófico. A fenomenologia de Merleau-Ponty, que foi o tema do doutorado, continuou norteando as atividades didática e política do autor, nas quais sempre foi fiel ao mote fenomenológico: “compreender o homem e o mundo senão a partir de sua facticidade”. O artigo reconstrói ainda aspectos políticos de sua carreira, no Ministério da Educação, na década de 1960, Seção de Minas Gerais, bem como a experiência de suas prisões em Belo Horizonte, à época da Ditadura Militar, antes de sua partida para a Bélgica.*

**Palavras-chave** *Departamento de Filosofia, encontros com Arthur V. Velloso e Padre Henrique C. L. Vaz, doutorado na Universidade de Louvain, Bélgica; a centralidade da Fenomenologia e de Merleau-Ponty em sua formação, sua atuação no Ministério da Educação e suas prisões, época da ditadura militar, na década de 1960.*

**ABSTRACT** *The author's aim is to trace back the Philosophy Department's history through the eyes of his personal experience. His encounters with Arthur Versiani Velloso and Father Henrique Claudio Lima Vaz were crucial for his career at the Department. Likewise, his Philosophy PhD advised by Professor*

*Alphonse De Waelhens in the University of Louvain, Belgium, was a fundamental stage in his philosophical pathway. Merleau-Ponty's phenomenology, his doctorate thesis, remained on his teachings and political activities. He always was loyal to the phenomenological motto "Understand the man and the world from their own facticity". The paper reconstructs some political aspects of his career; in the Education Ministry, in the decade of 1960, Minas Gerais Section, as well as the experience of his arrests in Belo Horizonte, during the years of Military Dictatorship, prior to his leaving for Belgium.*

**Keywords** *Department of Philosophy; Encounters with Arthur V. Velloso and Father Henrique C. L. Vaz; PhD studies at the University of Louvain, Belgium; Centrality of phenomenology and Merleau-Ponty in his background; His career in the Education Ministry and his arrests, under Military Dictatorship, in the decade of 1960.*

Minha presença no Departamento de Filosofia da UFMG se inicia em 1961. Nomeado Técnico de Educação pelo Ministro de Educação, fui lotado na Inspeção de Ensino Seccional de Minas Gerais. Todavia, encaminhei ao Senhor Ministro da Educação um pedido de transferência para a UFMG. Argumentava, nesse pedido, a natureza de minha formação profissional, bacharel e licenciado em Filosofia, e minha situação profissional de professor universitário na Universidade Católica de Minas Gerais. Analisado pelos órgãos competentes, o pedido foi aceito pelo senhor Ministro, e feita minha transferência. Na Universidade Federal, fui lotado como assistente na Disciplina Didática das Ciências Sociais, da Professora Alayde Lisboa. Em 1962, o Professor Edgard de Godoi da Matta Machado, professor de Lógica do Departamento de Filosofia, eleito deputado federal, tendo de se ausentar da Universidade para dedicar-se a seus compromissos políticos, me convidou e indicou para substituí-lo na disciplina de Lógica. Tempos depois, havendo um remanejamento interno nas disciplinas do Curso de Filosofia, passei a ser responsável pela disciplina Metafísica Especial, na cadeira de Filosofia Geral. Esse remanejamento ocorreu juntamente com o convite feito pelo Professor Padre Clóvis, professor catedrático de Filosofia Geral, para substituí-lo na disciplina. Padre Clóvis justificou esse convite, dizendo precisar de um professor que assumisse suas aulas, pois teria de se ausentar para cuidar de sua saúde. Acrescentou estar muito cansado, além de sofrer, por parte dos alunos, frequentes reclamações no tocante às suas

aulas. Pessoalmente, além de temeroso de aceitar esse convite, coloquei para ele várias objeções acerca da responsabilidade de substituir um catedrático. Informei-lhe ainda já estar trabalhando com a Professora Alayde Lisboa. Pe. Clóvis me respondeu estar ciente de minha situação na Universidade, mas argumentou que meu lugar era no Departamento de Filosofia. Tranquilizou-me, dizendo que não me preocupasse, pois estava certo de que os alunos iriam ficar muito contentes com essa substituição. Padre Clóvis, participando da vida política do Município, tendo sido eleito Vice-Prefeito da Capital, há muito se distanciava do Departamento de Filosofia. Precisava, com frequência, faltar às aulas, descuidando-se de seu preparo. Chegava a dar respostas jocosas a questões maldosas dos alunos. “Qual a essência da cobra, professor?” Padre Clóvis, irônico, respondia “a essência viperina”.

O Departamento de Filosofia tinha somente dois catedráticos ou professores titulares – Arthur Versiani Velloso e o Padre Clóvis de Souza e Silva. Por falta de uma política acadêmica nesse setor, essa realidade permaneceu assim por longo tempo, até que veio a ser inteiramente reformulada.

O professor Arthur Versiani Velloso, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, me recebeu com toda a deferência e, de imediato, insistiu para que eu me compromettesse a buscar uma bolsa de estudos na Europa para fazer uma pós-graduação. A seriedade desse seu compromisso para com o projeto de desenvolvimento acadêmico no Departamento de Filosofia, levou o Professor a criar um Curso de Doutorado no Departamento. Como requisito inicial, foram definidos exames de línguas estrangeiras e exames de conteúdo em Filosofia Contemporânea. Candidato ao Curso e esperando que o programa de doutorado fosse realmente instalado, submeti-me e fui aprovado nesses requisitos. O Professor Velloso continuava trabalhando e acreditando na concretização desse doutorado. Como prova disso, tenho comigo uma declaração dele, datada de 26 de agosto de 1962, para constar como prova de *curriculum* em concurso do Colégio Estadual, assim redigida: “Atesto, para efeito de concurso, que José de Anchieta Corrêa está inscrito para doutoramento em Metafísica”. Na verdade, de minha parte, além da inscrição no referido Curso, havia apenas um requerimento meu, pedindo ao Departamento ser liberado para uma futura bolsa de estudos na França. O que aquela declaração afirmava era a determinação do Professor Velloso em criar um Curso de pós-graduação no Departamento de Filosofia. Em acréscimo e, ao mesmo tempo, lembrava-me o compromisso de prosseguir minha formação superior em Filosofia.

Minha relação com o professor Velloso datava da época em que fora seu aluno no Colégio Estadual. Os cursos de segundo grau no Colégio Estadual se dividiam em Clássico e Científico. A disciplina Filosofia era lecionada em

ambos. Eu estava inscrito no curso Científico, destinado aos alunos que iriam prosseguir sua formação em Medicina e também em Engenharia. As aulas de Filosofia do Professor Velloso, solenes e eruditas, eram uma grande novidade. O Professor Velloso gozava de grande prestígio no Colégio Estadual, entre professores e alunos. Não havia aluno que desejasse faltar às suas aulas. Todavia, o professor Velloso, irônico, insinuava que para nós, futuros “pedreiros” e “enfermeiros”, suas aulas não teriam grande valor e até mesmo nos poderiam causar desconforto. Com seriedade, justificava sua afirmação, dizendo que, no âmbito da Filosofia, nessa *flos sophorum*, duas figuras eram determinantes – Thomas de Aquino e Kant. Era preciso, pois, conhecê-los. Antes de escrever o nome de Kant, desenhava no quadro uma rosa e, para melhor compreensão de nós, “cientistas”, acrescentava  $H_2SO_4$ . Kant seria, pois, para nós e para o universo do conhecimento e também para a Filosofia, o ácido sulfúrico da inteligência humana, isto é, aquele elemento que destruiria todas as certezas anteriormente adquiridas.

Certa vez, o professor Velloso, de volta às aulas, vindo de uma licença para prestar concurso para a cátedra de Filosofia no Colégio Estadual, havia enfrentado uma banca composta por maioria de orientação tomista. Para ser aprovado, fora obrigado a defender teses escolásticas. Ao iniciar a aula, declarou, então, solenemente, “voltemos ao nosso velho Kant”. A turma, mesmo sem muito se dar conta do significado da afirmação, aplaudiu a declaração.

Eu tinha especial prazer em assistir às aulas de filosofia e procurava fazer os trabalhos com esmero. De certa feita, depois de ter lido os trabalhos apresentados pela turma, o Professor Velloso, ao entregar a um aluno seu trabalho, disse com ironia “muito bom, esse já conhecia”. Eu fiquei ao mesmo tempo orgulhoso e constrangido. O trabalho era cópia de um texto meu já entregue ao Professor. A pedido do colega, eu lhe emprestara meu texto para lhe servir de referência ao fazer o seu. Todavia, ocorrera que o colega simplesmente copiara meu texto, já conhecido pelo Professor. Mais tarde, aprovado em primeiro lugar no concurso público do Colégio Estadual para professor de Filosofia, eu exerci a função de seu assistente. Em certa ocasião, o professor Velloso, demonstrando a confiança em mim depositada, me chamou e pediu para que me ocupasse das aulas da turma em que seu filho estava inscrito. Minhas relações com o Professor Velloso foram sempre de admiração e respeito. Admiração e respeito que, no Departamento de Filosofia, só aumentaram.

Minha dedicação ao Departamento foi sempre total e prazerosa. Morando quase vizinho à Fafich, tinha nela minha segunda casa. Nesse tempo, início dos anos de 1960, grandes mudanças políticas e sociais ocorreram no país. A mais significativa delas foi causada pela renúncia do presidente eleito, Jânio

Quadros. O vice-presidente, João Goulart, fora do país, foi obrigado a voltar da China para assumir o cargo. Sua volta causou grave comoção entre as forças políticas conservadoras e também no próprio Exército. Novas regras de governança foram editadas para permitir a investidura de João Goulart na presidência da República.

Um dos primeiros atos do novo Presidente foi solicitar ao professor Darcy Ribeiro a elaboração de um Plano Trienal de Educação para o período de 1963/1965 e convidar o professor Paulo Freire para seu ministério, assumindo os novos rumos da educação no Brasil.

Em 1961, técnico em educação do Ministério da Educação, eu havia recebido, com grande alegria, a indicação para trabalhar com o Professor Paulo Freire. O Professor e sua esposa acabavam de chegar a Brasília e estavam instalados em um apartamento de um hotel. Lá mesmo, sentados em cadeiras e até na cama do apartamento, ouvíamos o Professor apresentar suas ideias e falar sobre seu Plano de Alfabetização. Qual não foi minha admiração e alegria ao reconhecer, naquela exposição do Professor Paulo Freire, a presença de ensinamentos filosóficos vindos, sobretudo, da Fenomenologia. O professor Paulo Freire demonstrava ter, com os princípios da Fenomenologia, uma comprovada intimidade — considerava o sujeito do conhecimento não isoladamente e definido apenas por sua nomeação. O modo de ser do sujeito era definido por suas relações com o outro, com as coisas, com a natureza, numa palavra, com o mundo em torno do sujeito. Reconhecia, pois, como na reflexão fenomenológica, que as ideias e as palavras nascidas na mente passam pela língua, ou seja, pelo corpo. Falando da ancoragem da cultura na existência concreta do povo, confirmava a afirmação de Merleau-Ponty, segundo a qual se a tarefa da Fenomenologia é falar das essências, todavia é, sobretudo, para “recolocar as essências na existência, pois não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma que a partir de sua ‘facticidade’”. Para mim, pessoalmente, o desenvolvimento da exposição do Professor Paulo Freire lembrava os temas dos cursos de Filosofia Contemporânea lecionados no Convento dos Dominicanos em Belo Horizonte. Sem citar Emmanuel Mounier, filósofo francês, expoente do Personalismo, fundador da Revista *Esprit*, sua exposição evocava o diálogo estabelecido por Mounier entre os valores cristãos e as análises sociais da realidade fundadas no marxismo. A todos nós, Paulo Freire convidava a ler o mundo a partir de sua realidade concreta, lá onde nascem os comportamentos, os gestos e as palavras, expressões das práxis dos sujeitos e matrizes da cultura de um povo. E só assim, a partir daí, conhecer a história dos sujeitos, fundada em seus valores e em suas memórias de vida. Tudo isso dito em uma linguagem simples e coloquial. O contexto da realidade

vivida naquele quarto de hotel, aliado à serenidade e à escuta interessada de sua esposa, acompanhando sua exposição como se a ouvisse pela primeira vez, faziam a magia do encontro.

Uma das palavras-chave do método de alfabetização de Paulo Freire para os trabalhadores na construção de Brasília não poderá vir a ser outra senão a palavra *tijolo*. *Tijolo*, esse objeto que passava a cada minuto pelas mãos de cada operário construtor de Brasília, fazendo-lhes sentir seu peso, sua rugosidade e o cheiro da terra de que era feito. E eram tantos os tijolos à sua vista, que chegavam quase a cegar a visão. *Tijolo*, palavra viva a nomear seu trabalho, a possibilitar seu ganha-pão, produzindo, a cada dia, uma nova e inesperada obra de arte.

Como não querer continuar a aprender com Paulo Freire a decifrar e a valorizar a cultura do povo e a me conduzir com determinação e justiça nas tarefas do ensino e da educação?

Entretanto, tive de me sujeitar a trocar a participação na equipe de Paulo Freire pelo trabalho no Plano Trienal de Educação. Foi com grande surpresa que constatei ter sido nomeado Coordenador do Plano Trienal de Educação, representante do Governo Federal em Minas Gerais. A necessidade de deixar o Projeto Paulo Freire era assim inevitável, fato que muito me entristeceu.

O deputado federal Bento Gonçalves, meu amigo, foi quem me inteirou do processo que resultou em minha escolha para Coordenador do Plano Trienal em Minas Gerais. Na efervescência daquele momento, muitas correntes e lideranças políticas reivindicavam o cargo, o que resultou na indicação de meu nome, que não pertencia a nenhum partido. Sendo membro da Ação Católica, professor da UFMG e da PUC-MG, eu exercia uma liderança nos meios acadêmicos e educacionais. Os reitores da Universidade Católica e da Universidade Federal de Minas Gerais, o professor Aluísio Pimenta e Dom Serafim Fernandes de Araújo, haviam igualmente referendado meu nome. Sendo meu contrato na UFMG de 24 horas semanais, nada me impedia de assumir o cargo. Recebi de ambas Universidades todo o apoio para a concretização dessa missão.

O Plano Trienal de Educação (1963-1965), promovido pelo Governo João Goulart, idealizado pelo professor Darcy Ribeiro e sua equipe, foi inspirado no plano de política educacional posto em prática pela Holanda após o fim da Segunda Guerra Mundial. O Plano Trienal de Educação propunha a expansão e o aperfeiçoamento de nossa educação primária, média e superior: construir novas escolas; apoiar o desenvolvimento científico e o ensino das ciências nas escolas secundárias; fortalecer a presença da pesquisa nas Universidades; promover a implantação da dedicação exclusiva para os professores, em todos os níveis. O Plano seria financiado com recursos orçamentários calculados em parcelas

percentuais provenientes da Receita Tributária Federal, acrescidos dos recursos a serem obtidos por intermédio de financiamentos nacionais ou estrangeiros. A coordenação do Plano, por força das novas regras que permitiram a posse do Presidente João Goulart, seria, então, compartilhada e exercida conjuntamente por dois coordenadores, o primeiro indicado pelo Governo Federal, e o segundo indicado pelo Governo Estadual.

A importância dada ao Plano Trienal pelo Governo Federal ficou claramente expressa pelo convite feito a todos os coordenadores do Plano no país para uma reunião conjunta em Brasília com o Presidente da República. A reunião transcorreu em clima de informalidade, conduzida com simpatia e determinação pelo Presidente João Goulart, também conhecido como Jango. Ele declarou, de início, com simplicidade e humildade, a importância dada por seu governo ao Plano Trienal. Referindo-se à extensão territorial do País, afirmou ser-lhe impossível acompanhar pessoalmente e julgar os trabalhos dos Coordenadores. Insistia, assim, no fato de que os recursos, mesmo sendo vultosos, não seriam suficientes ainda para resolver o problema da educação no país, era necessário haver o maior cuidado com a lisura e fidelidade da Administração na aplicação do orçamento. Todavia, os coordenadores teriam autorização para fazer as modificações que julgassem necessárias no Plano, uma vez justificadas e aprovadas pelo Professor Darcy Ribeiro.

Registro apenas dois fatos para ilustrar minha conduta na direção do Plano. O Plano tinha viaturas para o desenvolvimento dos trabalhos. Havia, pois, a necessidade de alugar garagem e contratar motoristas. Em face da necessidade de economizar o máximo possível, determinei contratar só um motorista para servir aos Coordenadores. Assim, os engenheiros, arquitetos e demais servidores que necessitassem viajar para inspeção das obras ou por outra função administrativa, deveriam, eles mesmos, sendo todos motoristas, dirigir as viaturas. Quanto ao aluguel de garagens, conversei com minha sogra, dona Rita, que me autorizou a guardar um dos veículos nos jardins da casa. Quanto aos demais veículos, solicitei e fui atendido pelos padres dominicanos a guardá-los nas propriedades do Convento. Com essa economia de gastos, poder-se-ia comprar para as escolas parte dos equipamentos necessários e não contemplados no Plano. O segundo fato se refere às diferentes situações existentes entre as escolas a ser construídas, situadas no sul do Estado, e as escolas situadas no norte do Estado. A construção das primeiras se desenvolvia no prazo previsto, sendo os recursos destinados a essas Escolas liberados com maior rapidez. As segundas, situadas acima de Curvelo, tinham o andamento das obras e os recursos a serem liberados para sua execução estavam também retardados. As razões para esses fatos precisavam ser conhecidas e avaliadas.

Em visita pessoal às cidades onde ocorriam essas dificuldades e retardos, logo constatei que, nessas localidades, não havia mão de obra especializada para a construção de tetos com lajes, como preconizava o plano. O custo do cimento e do ferro, para chegarem a essas localidades, era bem mais alto do que os praticados pelo mercado, e seu envio, mais demorado. Constatei igualmente que, nessas cidades, a construção de casas com laje de cimento armado era uma exceção, ou melhor, inexistia naquele momento. As casas do prefeito, do juiz e do vigário, por exemplo, como as demais, não possuíam cobertura de laje. As coberturas eram feitas de armações de madeira, e o forro do teto feito com taquaras entrelaçadas de bambu. Propus, então, ao Professor Darcy Ribeiro que fosse autorizada a substituição de tetos de laje por coberturas artesanais tais como as existentes e praticadas naquelas localidades. Isso significava uma grande economia de custos que poderia ser utilizada em outra rubrica do orçamento. Tal modificação foi aprovada pelo Professor Darcy Ribeiro e pelas instâncias superiores. Algumas rubricas no orçamento sofreram, então, as correspondentes alterações. Tais alterações, sem a devida análise, deram motivo a acusações levianas contidas no Inquérito Policial Militar da Promotoria da 4ª Região Militar contra a lisura de minha conduta pessoal. Acusaram-me, injusta e levianamente, de haver desviado o dinheiro, assim poupado, em proveito de organizações comunistas. Em regime de ditadura, essas acusações sem provas são feitas à conveniência do acusador.

Em abril de 1964, foi instaurado o Golpe Militar. Em consequência, respondi a vários inquéritos e, em maio de 1964, fui preso no DOPS, Delegacia de Ordem Pública e Social.

A equipe do Plano Trienal de Educação de Minas Gerais, constituída por técnico-engenheiros e arquitetos e economista, escolhidos pelo Coordenador e pelo pessoal administrativo, era uma equipe responsável, coesa, entusiasta; trabalhava sempre discutindo os projetos e analisando criteriosamente seu processo de execução. Registro dois fatos para demonstrar o cuidado da Coordenação na conduta para bem executar o programado, economizando sempre que possível, em favor das prioridades fundamentais.

O primeiro fato. O Plano possuía três viaturas necessárias à execução dos trabalhos, em particular, em visitas às cidades onde as escolas estavam sendo construídas para orientação e fiscalização das obras. Havia, pois, a necessidade de contratar motoristas e alugar garagens. O Plano, como um novo serviço público e não uma nova autarquia, não criava uma nova carreira de funcionários, nem de espaços próprios e especializados para seu funcionamento. Determinei, diante dessa situação, contratar apenas um motorista para servir à Coordenação. Assim os demais servidores que necessitassem de viajar par inspeção das obras

ou para outras funções administrativa deveriam, eles próprios, sendo todos motoristas possuidores de habilitação necessária, assumir a tarefa de dirigir os veículos. Quanto ao aluguel de garagens, busquei para tanto encontrar soluções não onerosas para o Plano. Conversei com minha sogra, D. Rita, que me autorizou a guardar uma das viaturas nos jardins de sua residência. Quanto às duas outras viaturas, solicitei aos padres dominicanos a autorização para guardá-las nas propriedades do Convento, no bairro da Serra. Com essa economia de gastos, poder-se-ia comprar para as Escolas a ser construídas pelo Plano, parte dos equipamentos escolares necessários e não contemplados no Orçamento.

O segundo fato se refere às diferenças peculiares constatadas entre as escolas a serem construídas, situadas no sul do Estado e aquelas situadas no norte do Estado. O andamento da construção das primeiras desenvolvia-se no prazo previsto, em consequência tinham os recursos a elas destinados liberados com a maior rapidez. Quanto às segundas, situadas acima da cidade de Curvelo, seus projetos estavam retardados, atrasando a liberação normal dos recursos. Era preciso encontrar as causas para tal situação. Em visita a essas cidades, constatamos, primeiro, que nessas localidades não havia mão de obra especializada para a execução dos projetos e, segundo, o material necessário, cimento e ferro para a construção de tetos com lajes, não eram encontrados nessas localidades – demoravam um tempo maior para lá chegar e tinham custos elevados. Constatamos, igualmente, que a construção de casas com lajes de cimento armado era uma exceção, ou melhor, inexistia naquele momento. As casas do Prefeito, do Juiz e do Vigário, por exemplo, como as demais, não possuíam cobertura de laje. As coberturas eram feitas de madeira, e o forro do teto feito com taquaras de bambu entrelaçadas. Propus, então, ao professor Darcy Ribeiro, que fosse autorizada a substituição das coberturas de laje por coberturas artesanais, tais como as existentes e praticadas naquelas localidades. Isso significava uma grande economia de custos que poderia ser utilizada em outra rubrica do orçamento. Essa modificação foi aprovada pelo professor Darcy Ribeiro e pelas instâncias superiores. Algumas rubricas no Orçamento sofreram, então, as correspondentes alterações. Tais alterações, sem a devida análise, deram motivo a acusações levianas contidas no Inquérito Policial Militar da Promotoria da Quarta Região Militar contra a lisura de minha conduta pessoal. Acusaram-me injusta e levianamente, de haver, com essa mudança, desviado o dinheiro assim poupado em proveito de organizações comunistas. Em regime de ditadura, essas acusações sem provas são feitas à conveniência do acusador.

Inúmeros depoimentos afirmando minha conduta e meus ideais de Justiça

e liberdade e meu apreço aos ideais democráticos e a lisura de minha conduta na qualidade de Coordenador do Plano Trienal de Educação 1963/1965 foram firmados e anexados pelo meu advogado ao processo junto ao Inquérito Policial Militar – IPM, junto à Promotoria à Quarta Região Militar. A promotoria não os considerou. O original dessas manifestações está em meu poder com firmas reconhecidas e aberto à consulta. Abaixo transcrevo alguns desses depoimentos.

1. Depoimento do Professor Artur Versiani Velloso, Professor Catedrático da Cadeira de História da Filosofia, em 08 de maio de 1964. Trechos:

“Declaro que conheço o professor José de Anchieta Corrêa, que leciona a cadeira de Metafísica na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e que não professa nenhuma ideologia extremista ou subversiva, sendo, ao contrário, católico praticante e de excelente formação moral”.

2. Depoimento da Professora Alayde Lisboa de Oliveira, catedrática de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia de Universidade de Minas Gerais, em 08 de maio de 1964. Trechos:

“Declaro que o Professor José de Anchieta Corrêa foi meu aluno de Didática e, posteriormente, meu auxiliar de ensino, desde 1961, revelando-se idôneo, cumpridor de dever, dedicado, estudioso, tendo-se mantido dentro de ideais democráticos, não me constando igualmente que exercesse qualquer atividade subversiva”.

3. Depoimento dos alunos Hugo César da Silva, Vera Alice Cardoso, Sônia Viegas, Luiz Junqueira Vilela, entre outros, do Curso de Filosofia da Universidade de Minas Gerais:

“Os abaixo-assinados, alunos do Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, vêm, por meio deste, informar a quem se interesse que o professor José de Anchieta Corrêa, nosso mestre, merece nossa irrestrita confiança quanto a seus ideais de Liberdade, Justiça e verdade, demonstrando sempre suas virtudes morais bem como sua capacidade intelectual. 18 de maio de 1964”.

4. Depoimento de José de Faria Tavares, Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais e Representante do Governo Estadual na execução do plano Trienal de Educação de Minas, no período 1963/1964. Trecho:

“O professor José de Anchieta Corrêa, na qualidade de coexecutor, zelou cuidadosa e patrioticamente, pela legal e fiel aplicação da verba recebida, não lhe podendo ser atribuída nenhuma ação, ou mesmo manifestação de desejo de dar outros fins à verba recebida, que não aqueles consignados pelo Conselho Estadual de Educação. A própria estrutura do Plano e suas funções, que eram restritivamente de coexecutor de um plano já elaborado, não permitiam nenhuma outra interpretação que a especificamente expressa no Plano a executar”.

“As prestações de contas do período em que funcionou como coexecutor o Professor José de Anchieta Corrêa estão todas aprovadas pela autoridade competente para tal fim designada. Em 27 de abril de 1965”.

5. Depoimento de Aspásia Vieira Ayer, inspetora de ensino, representante do MEC, que me sucedeu na coexecução do Plano Trienal de Educação.

“Declaro, a pedido do Dr. Agenor de Sena, que, como Representante do MEC na execução do Plano Trienal de Educação, nada encontrei em desabono da conduta do Prof. José Anchieta Corrêa, que ali estava investido das mesmas funções. Houve correta aplicação dos dinheiros públicos, cuja prestação de contas tivemos já oportunidade de encaminhar ao MEC, em Brasília.

Não constatei nenhum desvio de recursos, que foram devidamente aplicados, de acordo com o Plano de Aplicação de 1963, que foi executado em 1964. Em 17 de maio de 1965.

6. Depoimento de Dom João de Resende Costa, arcebispo da Diocese de Belo Horizonte e de Dom Serafim Fernandes de Araújo, Bispo auxiliar da Diocese.

“Declaramos que conhecemos o Professor José de Anchieta Corrêa. Trata-se de católico praticante ligado a movimentos apostólicos, não nos constando nada que o desabone. É professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica há 3 anos”. Em 21 de agosto de 1964”.

Para finalizar esse rol de depoimentos acerca de minha conduta em defesa da liberdade e do respeito à Justiça, afirmando meus ideais democráticos, registro finalmente a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, datada de outubro de 1971, arquivando meu processo na Justiça Militar, por falta de provas e fundamentos jurídicos.

Em síntese: em outubro de 1970, o STF – Supremo Tribunal Federal – anulou meu processo, procedente do STM – Superior Tribunal Militar, por falta de provas.

Em 03 de junho de 1964, foi firmado um Termo de Custódia, assinado pelo General de Brigada Manoel Francisco Pacheco, pelo Capitão escrivão, Antônio Carlos Thompson Thomé, pelo responsável pelo DOPS, David Hazan, delegado de Vigilância Especial, pelo Professor João Camilo de Oliveira Torres e também por mim assinado. O Termo de Custódia declarava “fica em liberdade, provisoriamente, tendo a cidade de Belo Horizonte por *ménage*, o senhor professor JOSÉ DE ANCHIETA CORRÊA, que se acha à disposição da Justiça Militar, até que haja um pronunciamento em contrário. O senhor JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES, professor, residente à Rua Cristina, n. 1352, nesta cidade, por sua livre e espontânea vontade, fica responsável, perante a Justiça Militar, pelo fiel cumprimento do estabelecido neste termo”.

Em 13 de junho de 1964, pela Portaria 17/64, o Tenente-Coronel Expedito Orsi Pimenta, nomeado Interventor na Faculdade de Filosofia da então U. M. G, “resolve, por medida de precaução, afastar temporariamente, até que se completem as investigações, o Professor JOSÉ DE ANCHIETA CORRÊA, Instrutor de Ensino Superior, lecionando a disciplina Metafísica Especial, da cadeira de Filosofia Geral, de suas atividades nesta Faculdade, deixando claro nesta portaria que esse afastamento não poderá ser tomado como punição, não importando inclusive suspensão dos direitos de recebimento dos vencimentos normais a que faz jus o referido Professor durante o período de afastamento”.

Em 24 de novembro de 1964, o Promotor da 4ª. Região Militar, Joaquim Simeão de Faria Filho, exarou contra minha pessoa a seguinte denúncia assim descrita:

José de Anchieta Corrêa desde, pelo menos, o ano de 1962, vem tentando, deliberada e conscientemente, mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição, mediante ajuda e subsídio de organização estrangeira de caráter internacional: professor universitário e secundário, na cadeira de Filosofia, também pôs em prática a parte mais nefasta da guerra psicológica: a ‘comunização’ (*sic*) do amanhã, a preparação das mentalidades que lhe cabia dirigir, como reservas da Pátria, para implantação, mais cedo ou mais tarde, de uma doutrina espúria e ‘incondizente’ (*sic*) com a formação de nossa nacionalidade: além de professor, tinha nas mãos a execução do Plano Trienal de Educação: de posse de vultosas verbas, deu execução à infiltração para politização marxista, num dos campos mais férteis de proliferação; e por último, mas não finalmente, é membro fundador da A. P. (Ação Popular), organização que constitui a reserva do Partido Comunista, conforme já estabeleceu (*sic*) nossos organismos de segurança, fundador, pois, – e confesso – solapador da segurança externa nacional.

Em consequência dessa denúncia, voltei a ser preso no DOPS. Lá encontrei também meu colega e amigo professor Moacyr Laterza, escritor, filósofo especialista em Estética e Filosofia da Arte no Departamento de Filosofia. Moacyr, sentado numa sala em meio a uma montanha de livros “subversivos” recolhidos de bibliotecas particulares, guardava, entretanto, seu bom humor diante do absurdo da situação. Em minha cela, encontravam-se o diretor da Faculdade de Arquitetura da UFMG, Professor Sílvio de Vasconcelos, e os sociólogos Simon Schwartzman e Marcos Rubinger, professores da Universidade Federal de Minas Gerais. Desta feita, o tempo de prisão no DOPS foi curto e fui, em seguida, levado para a Penitenciária de Neves. Ao contrário do que se possa imaginar, lá na Penitenciária fui muito bem tratado pelos presos. Um dia, por ocasião da fuga de um preso, fomos chamados e colocados fora da cela, em um espaço aberto, sentados no chão. Ao meu lado, estava outro preso “amigo”. Esse preso sempre me convidava a tomar sol a seu lado e de outros detentos e me socorrera quando a comida servida estava intragável. Aproveitando a

ocasião, ele me interpelou cochichando baixinho: “ô, Meu, dá logo a sua. Cê é barra mais pesada de nós tudo. Tá pegano 35 anos”. E continuou – “eu, por roubo, tô pegano 10 anos, aquele ali, 15, por tentativa de homicídio. Dá logo a sua!”, terminou dizendo. Felizmente, a reunião foi desfeita, e não precisei dizer o que não sabia e assim ficar sujeito a perder o prestígio conquistado. Não dormi naquela noite e pela manhã, alegando motivo de saúde, pedi a presença de meu advogado, Doutor Agenor de Senna Filho, que não demorou a chegar e me interpelou sobre as razões de sua convocação. Explico-lhe a situação, e doutor Agenor, a custo, me revela ser verdadeira a informação que me fora dada pelo preso. O promotor militar da 4ª R. M. pedira para mim, no total, uma pena de 35 anos. Dez anos por ter tentado mudar a ordem pública e social, com auxílio de potência estrangeira de caráter internacional (*sic*), dez anos por corromper a juventude, inculcando-lhes ideias comunistas não condizentes com os ideais da pátria, cinco anos por participar da fundação da AP (Ação Popular) e dez anos por malversação do dinheiro público a favor da politização comunista.

Os reitores da UFMG, Professor Aloísio Pimenta, o reitor da Universidade Católica, Dom Serafim Fernandes de Araújo, bem como os professores Emanuel Brandão Fontes, Vice-Diretor em exercício da Faculdade de Filosofia, Arthur Versiani Velloso, Aláide Lisboa de Oliveira e os alunos do Curso de Filosofia, encabeçados por Hugo César da Silva, e, entre eles, a querida professora Vera Alice Cardoso, foram unânimes em declarar que eu não professava nenhuma ideologia extremista ou subversiva, sendo, pelo contrário, católico praticante e de excelente formação moral. Os originais dessas declarações estão em minha posse. E uma cópia dessas declarações foi entregue para ser juntada ao processo. Todavia, obviamente, eliminada.

Voltava sempre da prisão, em seguida à concessão dos *habeas corpus* pelo STM, para o Departamento de Filosofia da UFMG a fim de cumprir minhas obrigações de professor. Desta feita, voltei com uma determinação a mais – buscar os meios necessários para sair do país. Solicitei ao Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, meu colega professor no Departamento, e a Dom Serafim Fernandes de Araújo, indicação e recomendação para obtenção de uma bolsa de estudos na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. O professor Edgard da Matta-Machado redigiu uma recomendação ao doutor Alceu de Amoroso Lima para que, indo ao Rio, me levasse à presença do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastiano Baggio. Dom Baggio, na ocasião, forte candidato a ser eleito papa, também aprovou e postulou minha demanda de uma bolsa de estudos em Louvain. Dom Baggio fez mais. Autorizou incluir meu nome, o de Heloisa, minha esposa e de Rodrigo e Marcelo, meus filhos, na relação dos nomes dos bispos entregues ao seu secretário para providenciar a expedição de

passaportes para viajar e participar do Concílio Vaticano II. Passaportes eram o que me faltava para viajar para a Bélgica. Depois de um tempo de análise por Louvain, esse pedido obteve sucesso e, em 15 de julho de 1966, viajei com minha família rumo a Louvain. Lá permaneci como bolsista até julho de 1971, tendo concluído o doutorado em filosofia orientado pelo eminente filósofo Alphonse De Waelhens.

Quando cheguei a Louvain, quase todas as vagas para orientação de tese em Filosofia Contemporânea já estavam preenchidas. Procurei o Professor De Waelhens, que me acolheu com toda a simpatia e elogiou minha decisão em trabalhar Merleau-Ponty. Todavia, o Professor De Waelhens não tinha mais como aceitar minha demanda de orientação, uma vez que suas vagas já estavam preenchidas. Havia ainda seus demais compromissos acadêmicos e suas publicações programadas para o ano. Diante de minha decepção, decorrido um tempo que a mim me pareceu longo, lembrou-se que tinha um tema que desejaria muito que fosse pesquisado e até então não houvera candidato que o aceitasse. O tema era *se os dados científicos sobre os quais Merleau-Ponty trabalhara eram ainda válidos*. Se aceitasse esse objeto de pesquisa, me aceitaria como seu orientando. Informou, ainda, que me daria um segundo orientador, um cientista seu amigo, professor George Thinès, que me ajudaria na pesquisa. Não havia mais dúvidas, era este o caminho a seguir para trabalhar sobre Merleau-Ponty, orientado pelo Professor De Waelhens. Esse objeto de pesquisa me levou a frequentar cursos no Instituto de Psicologia e na Faculdade de Medicina da Universidade de Louvain, sem descuidar das disciplinas e seminários específicos do Instituto Superior de Filosofia. Essa situação vai definir meu futuro trabalho em Filosofia, jamais separado de outros saberes.

De posse do título de doutor em Filosofia pela Universidade de Louvain, voltei ao Departamento com todo o entusiasmo, esperando contribuir na instalação de um projeto de pós-graduação no Departamento, política tão almejada pelo professor Velloso. Na programação das disciplinas, comecei propondo um curso sobre o texto de Merleau-Ponty *A Estrutura do Comportamento*. A bibliografia do livro contém 25 obras, das quais 23 tratam de temas científicos, ou seja, não filosóficos. Melhor seria começar por trabalhar o livro *Fenomenologia da Percepção*, não a partir do prefácio, mas voltando-se a ele depois de trabalhado o texto principal. Esse Prefácio, na verdade, é um posfácio. Texto denso e complexo que merece ser lido, com maior proveito, após terminada a leitura do texto principal da *Fenomenologia da Percepção*. O Prefácio é uma resposta de Merleau-Ponty à estranheza de seus examinadores neokantistas que não reconheceram a novidade de seu pensamento. Uma nova filosofia aí se iniciava – a Filosofia do Corpo. No texto denso e complexo do

Prefácio, Merleau-Ponty, de maneira clara e definitiva, afirma seu modo de compreender a Fenomenologia de Husserl:

... a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo senão a partir de sua “facticidade”.

Um parêntese: qual não foi meu espanto e decepção, quando encontrei, na primeira tradução brasileira, esta afirmação - “repõe as essências na existência” – convertida e traduzida por “substitui as essências na existência”. O verbo francês *replacer*, em português, recolocar, havia sido trocado pelo verbo *remplacer*, em português, substituir.

Merleau-Ponty “não pensa que se possa compreender o homem senão a partir de sua facticidade”, afirmação sempre refletida e trabalhada por mim e recebida com grande simpatia nos encontros com os não-filósofos – psicólogos, médicos e arquitetos. Os textos estudados dialogavam com suas especialidades, falavam de problemas que lhes eram próximos. Assim, na Arquitetura, o auditório foi imediatamente envolvido, sentindo-se diretamente interpelado quando lhes proponho refletir sobre o espaço da casa e o espaço urbano, a partir da seguinte tese: *o espaço afetivo é radical e fundante, anterior ao espaço geométrico*. Essa boa recepção me levou a ser, várias vezes, chamado a trabalhar na Escola de Arquitetura. Essa presença da filosofia não separada da não filosofia marcou igualmente meus trabalhos e cursos para psiquiatras e psicanalistas. Assim foi no Campo Lacaniano, no Campo Freudiano, na Associação Mineira de Psiquiatria, no Hospital André Luiz e no Hospital Raul Soares. Essa nova compreensão do modo de existir da Filosofia, a partir da não-filosofia, levou, em consequência, esses profissionais a uma grande procura dos cursos oferecidos pelo Departamento de Filosofia. Essa procura só aumentou depois da instalação do Mestrado.

No trabalho para a instalação do Mestrado, minha participação foi intensa. Meu primeiro trabalho foi, além de outras tarefas burocráticas, o de analisar currículos dos professores que viriam compor a massa crítica do futuro Mestrado. Seguiu-se a tarefa de estabelecer contatos com órgãos superiores da Universidade para conhecer suas diretrizes acadêmicas acerca da instalação de programas de pós-graduação. Um novo trabalho se impôs: fazer contato e conhecer outros cursos de pós-graduação em filosofia em outras Universidades. Enfim, tudo formatado, era preciso enviar a documentação necessária à análise e aprovação do Conselho de pós-graduação da Universidade e dos órgãos

competentes do Ministério da Educação. É bom lembrar que, assim como para a aprovação dos cursos de ciências são requeridos laboratórios de pesquisa, para o mestrado em filosofia, a existência de uma boa biblioteca é imprescindível. Não só de professores competentes e graduados necessita um curso de pós-graduação; necessita, igualmente, dispor de uma boa biblioteca para consulta e pesquisa. Nosso Departamento, além de fazer uso da importante Biblioteca da Faculdade, tem uma biblioteca própria. O Professor Velloso sempre teve o maior cuidado com esse requisito, zelava particularmente por dotar o Departamento de Filosofia de uma boa biblioteca. Certa vez, o professor Velloso me chama para comunicar que acabara de comprar, no original, em latim, o importante acervo dos livros da Patrística. Para quem o Velloso compraria essa coleção, senão para futuros pesquisadores em um programa de pós-graduação? Para essa compra, não havia, na ocasião, verba programada, caberia ao Professor Velloso o trabalho de consegui-la. Não era a primeira vez que semelhante situação se apresentava, necessitando agir e buscar recursos não disponíveis. Assim, com a determinação do professor Velloso, foi formada a Biblioteca de Filosofia do Departamento. Trabalhei ainda junto à competente e dedicada bibliotecária, Ana Elisa, para produzir um relatório completo do acervo da Biblioteca do Departamento. Além de produzir esse relatório, Ana Elisa e eu trabalhamos para estabelecer uma relação dos livros de filosofia contemporânea a ser comprados para completar o acervo. A possibilidade de estabelecer intercâmbio com outras bibliotecas foi objeto de estudo, igualmente mencionado no relatório. Esse relatório, produzido com todo o cuidado, foi de imenso valor para a aprovação de nosso projeto de mestrado.

Padre Henrique de Lima Vaz foi o professor designado e nomeado à frente da proposta de autorização para funcionamento do Mestrado em Filosofia. Não havia como ser diferente. Padre Vaz era o filósofo mais reconhecido e citado pela comunidade acadêmica entre nós, no Brasil e no exterior. Assim, com prazer e dedicação, trabalhei auxiliando o Padre Vaz nas tarefas de preparação do processo de aprovação do Mestrado. Padre Vaz, além de sua notória competência, exercia sua tarefa com prudência e humildade. Economizava seu tempo a favor do projeto de Mestrado, livrando-se de tarefas puramente burocráticas.

Na tarefa de programar e estabelecer as condições necessárias para aprovar o Mestrado, viajei para conhecer outros programas de outros Departamentos, fora da UFMG. Nesses Departamentos, encontrei professores que manifestaram o desejo de vir trabalhar conosco. O Reitor da Universidade, na ocasião, professor José Henrique Santos, deu-me condições e carta branca, para negociar com esses Departamentos, a possível vinda desses professores para o nosso

Programa. Assim ocorreu a vinda dos professores doutores Tereza Calvet e José Chasin para o nosso Programa.

No tocante à política de seleção dos candidatos ao Mestrado, propusemos algumas modificações, aprovadas pelo Departamento e pelo Conselho de Pós-graduação da UFMG, para que professores das Universidades do Norte e Nordeste tivessem condições especiais para se inscrever no Mestrado. A aprovação desses candidatos estaria condicionada à obrigação de, além de cursar as disciplinas do curso, cursar também e ser aprovados, no mínimo, em duas disciplinas de Filosofia Contemporânea, a juízo do Colegiado, oferecidos pelo Departamento. O domínio requerido de uma língua estrangeira, quando necessário, deveria ser comprovado por um professor também designado pela Coordenação do Mestrado, no decorrer do primeiro ano do curso. Essa proposta foi muito bem acolhida e deu bons resultados.

É preciso registrar ainda a importante participação do Professor Doutor Célio Garcia no Colegiado do Mestrado de Filosofia. Célio, professor do Departamento de Psicologia, mantinha bom diálogo com as questões filosóficas e prontamente aceitou participar da equipe de professores do Mestrado de Filosofia. Foi, sobretudo, um grande parceiro nos trabalhos para a efetivação de intercâmbios com Instituições estrangeiras, sobretudo com a França. A vinda de professores estrangeiros enriquecia a vida do Mestrado, oferecendo seminários, trocas de informações e possibilidade de atualização em suas especialidades, dando-nos maior visibilidade no âmbito da Universidade e trazendo novos alunos para nossos cursos. Citemos, entre os professores estrangeiros visitantes, o professor Claude van Reet, belga, que atuava na Universidade de Paris, e Wolfram Hogrebe, especialista em Filosofia Alemã, trazido por iniciativa do Professor Marçal. Entretanto, foi a presença do Professor Michel Foucault que obteve, entre nós, a maior repercussão por sua notável e importante figura de filósofo contemporâneo francês. Suas teses causaram grande impacto entre professores e alunos. Fez críticas inclusive à Fenomenologia. Tradutor de seus cursos, acompanhei, pessoalmente, o Professor Michel Foucault em suas andanças pela Universidade e, igualmente, em entrevistas e contatos com a imprensa. Eu, além de professor da disciplina de Fenomenologia do Curso, traduzia suas aulas e, conseqüentemente, ouvia suas críticas à Fenomenologia. Perguntei, então, a Foucault sua opinião sobre Merleau-Ponty. Respondeu-me fazendo elogios ao filósofo, dizendo tê-lo tido como um mestre. *De seu poço, tirara muitas águas* (tradução livre de suas palavras).

No tocante à produção e transmissão do saber, minhas pesquisas, aulas e orientações de mestrado giraram sobre o pensamento dos principais filósofos contemporâneos, destacando, entre eles, a obra de Merleau-Ponty,

objeto de minha dissertação de doutorado, e da obra de Michel Foucault, em particular, na orientação das dissertações de alunos da FALE-UFMG. Vale dizer que acompanhei Michel Foucault em suas palestras e visitas aos hospitais psiquiátricos André Luiz e Santa Clara, tendo atuado como seu intérprete.

Traduzi *A Estrutura do Comportamento*, de Merleau-Ponty, tendo escrito o prefácio da edição brasileira. O conteúdo de meus cursos sobre Merleau-Ponty no Mestrado tratava, sobretudo, do nascimento, construção e importância da Fenomenologia para a História da Filosofia Contemporânea. Trabalhei, também, temas relativos à problemática da cidade, ou seja, sobre a definição de estrutura urbana e sobre o *ethos* urbano. E, ainda, temas relativos à Ética e à Bioética. Orientei dissertações de mestrado de filósofos e não filósofos e, sobretudo, de psicólogos.

Em outra vertente de minhas atividades, fui eleito membro do Conselho de Extensão, para o período de janeiro de 1971 a janeiro de 1975, e membro dos Conselhos de Pós-graduação e de Ensino e Pesquisa, no período de agosto de 1973 a janeiro de 1975. Exerci o cargo de Pró-Reitor de pós-graduação, no período de setembro de 1985 a agosto de 1986.

Além disso, minhas participações nos Conselhos Superiores da Universidade e no exercício da função de Pró-Reitor de Pós-graduação serviram para melhor promover e articular o Departamento com as instâncias políticas e acadêmicas superiores, levando a uma maior participação do Departamento no todo da Universidade. Trabalhei e defendi novas vagas para novas contratações necessárias à implementação definitiva da Pós-graduação entre nós.

Em 1981, fui eleito Presidente Nacional da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, SEAF, com a presença da Professora Marilena Chauí, da USP, e do professor José Henrique Santos, da UFMG.

Em 1984, fui nomeado pelo Dr. Tancredo Neves, Governador do Estado de Minas Gerais, membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, período 1984-1988. Essas duas funções, Presidente da SEAF e membro do Conselho Estadual de Educação, propiciaram uma presença maior do Departamento de Filosofia em um horizonte para além da própria UFMG.

Fui eleito Chefe do Departamento de Filosofia da UFMG para o período de 1989-1990. No exercício do cargo, propus dinamizar a vida do Departamento, possibilitando um maior intercâmbio de trabalho entre professores e alunos pela comunicação e discussão do conteúdo das disciplinas e das pesquisas oferecidas no Curso. Tal intercâmbio, além de revelar a qualidade e a riqueza da produção dos conhecimentos filosóficos no Departamento, possibilitaria ainda uma maior articulação entre si dos diferentes programas das disciplinas e ofereceria aos alunos uma visão interdisciplinar do Curso.

Em tese, minha proposta foi muito bem aceita. Na ocasião, foi sugerido que, em uma próxima reunião, eu, como sujeito da ideia, fosse o primeiro a apresentar minha linha de trabalho, dando conhecimento do conteúdo dos meus programas de ensino e de minhas pesquisas. Como no momento me ocupava da cadeira de Ontologia, expus o conteúdo do ensino dessa disciplina e o enfoque das pesquisas. Apresentei também a bibliografia a ser consultada e trabalhada pelos alunos. A reunião decorreu sem grandes questionamentos. Algumas perguntas me foram feitas, e apenas dois professores fizeram comentários, em diálogo com o conteúdo de suas disciplinas. O professor Padre Orlando Vilela declarou que esta reunião foi uma das melhores e mais interessantes das quais até então participara.

Outra proposta que ousei encaminhar, na qualidade de Chefe do Departamento, foi a de assistir, com o consentimento do professor da disciplina, uma de suas aulas e conhecer a participação dos alunos. O acolhimento da proposta não foi muito generoso. O dia da visita terminava sempre postergado. Finalmente, compareci a três aulas de professores com os quais mantinha maior relação pessoal. Na qualidade de ouvinte, me assentava entre os alunos, evitando fazer intervenções que não me fossem apresentadas. Ocorreu, em uma das aulas da qual participava, pedir licença e dialogar com um aluno, fazendo comentários sobre sua escolha do tema e do filósofo. O aluno em questão, depois da aula, me procurou para discutir melhor sua proposta. Chegamos à conclusão de que era melhor mudar de filósofo para desenvolver seu tema. Isso feito, ele recebeu o título de mestre. Compreendi que intervenção e interação dessa ordem, se benéficas e necessárias, precisam ser trabalhadas com bastante cuidado e paciência, aceitando, *a priori*, que esse consentimento fosse por algum professor negado, ou, simplesmente, adiado. O Departamento para tanto precisa ter uma vida de equipe bem consolidada, o que, com raras exceções, não era a tradição da nossa Universidade.

Nos Conselhos Superiores, trabalhei para dar mais vagas de professores ao Departamento de Filosofia, visando aumentar nossa massa crítica. Esse trabalho teve bom êxito. Foram oferecidas mais duas vagas de professores ao Departamento. Na qualidade de professor decano da Congregação, substituindo, por um curto período, o Diretor da Faculdade de Filosofia, determinei que essas duas vagas fossem oferecidas e disputadas em um só concurso. O processo de escolha seria assim agilizado, e o Departamento passaria logo a contar com mais dois professores doutores em filosofia, como exige a política de recrutamento de professores para cursos com nível de mestrado ou doutorado. Esperava que essas duas vagas fossem disputadas por vários professores, não só de Minas, mas também de outros Estados. Todavia, essa não foi a

realidade. Não houve candidaturas de outras universidades fora do Estado de Minas Gerais, e foram poucos os candidatos que se apresentaram. Realizado o concurso, apenas o professor Francisco Javier Herrero, possuidor da titulação de doutor em Filosofia, foi aprovado. O resultado do concurso, levado às instâncias superiores da Universidade, foi amplamente discutido, aprovado e ratificado. O Departamento recebeu assim mais um professor doutor para compor sua massa crítica. E a segunda vaga foi, mais tarde, em novo concurso, ocupada pelo professor doutor Rodrigo de Paiva Duarte, vindo da Alemanha.

Após ter cumprido meu mandato de chefe de Departamento, requeri minha aposentadoria por tempo de serviço. Isso não significou ausência da vida do Departamento, uma vez que continuei e continuo a aceitar orientações de dissertação.

Concluindo: em 1991, após minha aposentadoria da UFMG, fui convidado e prestei concurso público, tendo sido aprovado em primeiro lugar, para professor titular de Ética Médica na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Exerci o cargo até o ano de 2011, quando me aposentei na qualidade de professor emérito.

Em síntese, estava longe de compreender o significado e o alcance que a aceitação do tema proposto pelo Professor De Waelhens – “Se os dados científicos sobre os quais Merleau-Ponty trabalhara eram ainda válidos” – para a dissertação do doutorado traria para minha compreensão da filosofia e para uma nova orientação de minhas futuras pesquisas. Foi pelas lições do Professor De Waelhens, cuja tese de que “só há filosofia da não-filosofia” era longamente discutida, e na frequentação dos seminários sobre a obra de Merleau-Ponty, em que claramente se demonstrava que “a filosofia não é um discurso separado”, que esta tese tomou corpo. Por esse caminho, o filósofo ensaia pensar o mundo, o outro e a si mesmo e conceber suas relações.

Minhas aulas, pesquisas e textos publicados, segundo essa orientação, seguiram essa trilha.

### **Sobre o tema do espaço:**

Texto e depoimento “A cidade”. *Revista de Arquitetura, Arte e Meio/ambiente*. Belo Horizonte, Ano II, n. 22, Jan/Fev 1980.

“Um estudo da cidade”. *Textos SEAF*, Ano 2, n. 3, Jan/Dez 1981.

“A Carnalidade do Tempo”. *Cadernos de Arquitetura*. PUC-MG, maio 1986.

“Em torno da dinâmica espaço-tempo”. In: Lucia Leitão e Luiz Amorim (eds.) *Casa nossa de cada dia!*. Recife, Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

“A linha e o compasso”. *Arquitetura e Urbanismo*, 54. São Paulo, jun/jul 1994.

### **Sobre o tema da ética e da bioética:**

“Da deontologia à bioética”. In: *Deontologia Médica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

“Morte: enigma e iluminação”. *Cadernos de Bioética*. Belo Horizonte: dez, 2000.

“A relação Médico-Paciente e a Produção do Saber”. *Cadernos de Bioética*. PUCMG, dez/1995.

“O Presente da Velhice: Reflexão filosófica sobre a velhice”. In: *Cirurgia Geriátrica*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

“Morte: enigma e iluminação”. *Cadernos de Bioética*, Belo Horizonte, dez, 2000.

“Morte”. São Paulo: Editora Globo, 2008.

### **Sobre o tema em torno de Merleau-Ponty:**

“Évolution de la notion de corps à la notion de chair chez Maurice Merleau-Ponty”. Revista *Kriterion*, Vol. XIX jun 1972.

”Introdução: por que Merleau-Ponty?”. In: Monclar Valverde (ed.). *Merleau-Ponty em Salvador*, Sinop: Editora Arcadia, 2008.

“De Jaspers a Merleau-Ponty”. In: *Psicose entre nós*. Associação Mineira de Psiquiatria, 1990.

“O corpo: invenção de minha história”. *Tempo Presença*, Rio de Janeiro, março/abril 2002.

### **Sobre outros temas:**

Prefácio do livro *Na companhia de Foucault*. Isabel F. Passos e Fábio Belo (eds.), Belo Horizonte: FALE UFMG, 2004.

“Cultura capitalista se diz realizada e decreta fim da história”. *Cadernos*, n. 4 dez, 1991 (publicação da associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte).

“A Loucura e o Imperialismo da Razão”. *Cadernos PUC-MG*, fev. 1992.

“Marina Nazareth”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1989.